

**ACORDO**

PA n. 09.2017.00000144-3

EProc nº 5006623-29.2022.8.24.0018, 5010219-26.2019.8.24.0018,  
5021455-38.2020.8.24.0018 e 5017067.24.2022.8.24.0018

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, **ELVO PIZZATO**, brasileiro, casado, odontólogo, CPF n. 336.053.600-25, residente e domiciliado na Rua Marechal Bormann, n. 246-D, Bairro Quedas do Palmital, Chapecó, telefone nº (49) 99987-7778, doravante denominado *compromissário*; e como anuente o **MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público, representado pelo prefeito João Rodrigues;

**CONSIDERANDO** que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, da mesma Lei;

**CONSIDERANDO** que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que as áreas de preservação permanente, cobertas ou não por vegetação nativa, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (artigo 3º da lei n. 12.651/12);

**CONSIDERANDO** que a Lei 12.651/12 autoriza a intervenção em

área de preservação permanente apenas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente licenciada pelo órgão ambiental responsável (§2º do art. 8º);

**CONSIDERANDO** que o Plano Diretor de Chapecó considera como área de preservação permanente as faixas marginais com largura mínima de 30m, para os cursos d'água natural de 10m de largura (inciso I do §1º do art. 60);

**CONSIDERANDO** que a função social da propriedade só é considerada atendida quando utiliza adequadamente os recursos naturais e preserva o meio ambiente (art. 186, II, CF) e até mesmo a ordem econômica deve obedecer aos princípios da "defesa do meio ambiente" (art. 170, VI, CF);

**CONSIDERANDO** que o compromissário não cumpriu o TAC firmado no IC n. 06.2012.00009734-3 – ensejando a propositura da ação de execução n. 5006623-29.2022.8.24.0018 (obrigação de fazer);

**CONSIDERANDO** que o compromissário demonstrou interesse na formalização de acordo, extrajudicial, visando à extinção da execução e a quitação das obrigações outrora assumidas;

### **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

### **DO OBJETIVO**

**Cláusula 1ª:** O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por objeto pôr fim à ação de execução n. 5021455-38.2020.8.24.0018;

### **DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**Cláusula 2ª** – A título de multa pelo descumprimento da obrigação assumida no TAC em execução (autos n. 5006623-29.2022.8.24.0018),

o compromissário se compromete a doar ao Fundo Municipal de Reconstituição de Bens Lesados ou ao Município de Chapecó, no prazo de 120 dias, os lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 das Quadras 1878 e 1878-A, do Bairro Quedas do Palmital em Chapecó.

**Parágrafo primeiro** – A doação será averbada pelos compromissários nas respectivas matrículas imobiliárias, cuja certidão atualizada com a averbação será encaminhada ao Ministério Público no prazo de 120 dias;

### **DO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 3ª** - Incidirá o compromissário em multa diária de R\$ 300,00, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas deste acordo;

**Parágrafo primeiro** - As multas eventualmente aplicadas reverterão 50% em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados e 50% em favor do Fundo Municipal para Reconstituição de Bens Lesados;

**Parágrafo segundo** - O pagamento de eventual multa não exime os compromissários de dar cumprimento às obrigações contraídas;

### **DAS OBRIGAÇÕES DO ANUENTE**

**Cláusula 4ª** – Compromete-se o Município de Chapecó, caso seja realizada infraestrutura pública no local objeto da doação, a batizar a infraestrutura como "Família Pizzato", ficando vedado o assentamento habitacional.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 5ª** - O Cumprimento integral deste acordo dará quitação integral às obrigações assumidas no TAC do Inquérito Civil de nº 06.2012.00009734-3.

**Cláusula 6ª** – O Cumprimento integral desse acordo quitará as

multas aplicadas em decorrência do descumprimento do TAC, objetos da execução nº 5006623-29.2022.8.24.0018 e porá fim à Execução nº 5006623-29.2022.8.24.0018 e às seguintes ações: 5010219-26.2019.8.24.0018 (ação ordinária contra o Município), 5021455-38.2020.8.24.0018 (anulatória em face do Ministério Público) e 5017067.24.2022.8.24.0018 (embargos à execução).

**Cláusula 7ª** - O Ministério Público apresentará este TAC ao juízo de Direito (5006623-29.2022.8.24.0018), requerendo a homologação;

**Cláusula 8ª** - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Chapecó, 16 de setembro de 2022

Eduardo Sens dos Santos  
**Promotor de Justiça**

Elvo Pizzato  
**Compromissário**

João Rodrigues  
**Prefeito Municipal**

Jauro Sabino Von Gehlen  
**Procurador-Geral do Município**

Daniel Antonio Santin  
**OAB/SC n. 34.972**

Leila Fabiane Elias  
**OAB/SC n. 21.855**